

A HISTÓRIA DA CAPOEIRA: PRESSUPOSTO PARA UMA ABORDAGEM NA PERSPECTIVA DA CULTURA CORPORAL

MELLO, André da Silva
Centro Universitário Vila Velha – UVV

Resumo: Este artigo tem como objetivo principal discutir a história da capoeira, a fim de oferecer subsídios para que este conteúdo possa ser abordado na perspectiva da Cultura Corporal nas aulas de Educação Física Escolar. A concepção de história subjacente a este trabalho não a concebe como algo pré-determinado, mas fruto dos condicionantes sociais de diferentes contextos e épocas.

Abstract: This article has a main objective to discuss the history of the capoeira, with the intention to offer points so that this concept may related in the perspective of the Corporal Culture in the Schooling Physical Education. The concept of the history following this job doesn't conceive it as something pre-determined, but the fruit of the social conditionals of different contexts and times.

Palavras chaves: Educação Física Escolar, Cultura Corporal, Capoeira.

A Educação Física busca legitimar-se no contexto escolar. Historicamente o paradigma da aptidão física, que aborda o movimento humano apenas em sua dimensão biológico-funcional, tem prevalecido e dificultado a afirmação pedagógica desta disciplina. Os movimentos renovadores da Educação Física brasileira iniciados a partir da década de 80, decorrentes do processo de abertura política do país, demonstraram novas possibilidades no trato do movimento, extrapolando à abordagem reducionista anteriormente citada. Se, num primeiro momento, a crítica ao paradigma da aptidão física e o surgimento de novas tendências foram importantes para legitimação da educação física, agora, num segundo momento, cabe concretizar essas novas tendências no contexto escolar. Dentre as novas propostas para a educação física, a da *Cultura Corporal* (Coletivo de Autores, 1992), tem encontrado grande ressonância no cenário nacional. Nesta, o movimento humano é tratado na dimensão da cultura, compreendido enquanto construção histórica e social e objetiva a emancipação social dos alunos. Porém, como afirma Bracht (1999), um dos desafios das propostas emergentes refere-se aos aspectos metodológicos, o “como fazer” na prática pedagógica. No caso da *Cultura Corporal*, que utiliza como conteúdos as manifestações da cultura corporal humana, um dos pressupostos básicos para concretização desta proposta é a historicização destes conteúdos, ou seja, compreende-los como construções históricas e sociais, determinadas pelos contextos de diferentes épocas. Como apontam os autores “*É fundamental para essa perspectiva da prática pedagógica da Educação Física o desenvolvimento da noção de historicidade da cultura corporal...Todas essas atividades corporais foram construídas em determinadas épocas históricas, como respostas a determinados estímulos, desafios ou necessidades humanas*” (Coletivos de Autores, 1992, pg.39). A proposta deste trabalho é abordar a história da capoeira, uma das manifestações da cultura corporal brasileira, objetivando fornecer subsídios para a concretização deste conteúdo na perspectiva da *Cultura Corporal* no contexto da Educação Física escolar.

A CAPOEIRA

A capoeira é uma manifestação cultural afro-brasileira criada pelos negros escravos como forma de luta contra a opressão, luta esta que se travou no plano físico e cultural. Em seu universo simbólico e motor encontramos elementos, tais como a musicalidade, a religiosidade, movimentos acrobáticos, dentre outros, que a tornam bastante peculiar. A capoeira é plural, e nela o lúdico e o combativo interpenetram-se, caracterizando-a como jogo, luta e dança.

Mas, muito mais do que isso, por meio da análise do seu processo histórico, a capoeira apresenta-se como um “barro flexível no qual brancos e negros vão moldando-o segundo as exigências e interesses específicos em jogo em cada momento histórico”(Monteiro, 97). Esta análise mostra como o Estado apropriou-se de manifestações populares para legitimar-se e, em contrapartida, como as classes populares “reinventam a sua existência” a fim de afirmarem sua identidade. Segundo Reis (97), a filosofia da capoeira é a “dialética da mandinga”, que valoriza o confronto indireto, “através do jogo de capoeira, os corpos negociam e a ginga significa a possibilidade de barganha, atuando no sentido de impedir o conflito” (p.225).

Como elemento ativo da dinâmica cultural, a capoeira hoje em dia, apresenta contornos bem diferentes daqueles que a originaram. Sua crescente desportivização, sua inserção no contexto educacional e a grande

investigação acadêmica, têm levado esta manifestação a ganhar, cada vez mais, espaços institucionais, sendo considerada um importante instrumento de análise de aspectos relacionados à população e à cultura brasileira.

PERCURSO DA CAPOEIRA

A origem da capoeira nos remete à escravidão brasileira, pois ela foi gerada como elemento de resistência, física e cultural, dos negros cativos à opressão e violência sofridos nesta época. Para melhor compreendermos o processo de surgimento da capoeira é necessário explicitarmos alguns fatos relativos à escravidão no Brasil.

A escravidão foi um dos pilares do sistema colonial, no qual o tráfico negreiro constitui-se em um dos negócios mais rentáveis da época para as metrópoles colonizadoras. O Brasil foi o último país do mundo a abolir a escravidão. Da segunda metade do século XVI até o ano de 1850 (data de promulgação da lei Euzébio de Queiroz, que proibia o tráfico negreiro), estima-se que mais de três milhões e meio de negros africanos foram trazidos para o Brasil. A maior parte deles vieram da costa ocidental africana, principalmente os grupos Bantos e Sudaneses.

Esses negros eram considerados mercadorias, reduzidos a “coisas” e totalmente submetidos às vontades de seus senhores. Eles foram trazidos para executar todos os tipos de trabalhos na Colônia. Suas atividades se davam na pecuária, na mineração, na agricultura, e nos centros urbanos. A situação do negro urbano era diferenciada do negro do campo, esses últimos, grande maioria (90%), tinham um trabalho mais árduo e a violência empregada contra eles era mais intensa e constante. Ribeiro (96) comenta sobre a situação do negro na época da escravidão brasileira:

“Metido no navio, era metido no meio de cem outros para ocupar, por meios e meio, o exíguo espaço do seu tamanho, mal comendo, mal cagando ali mesmo, no meio da fedentina mais hedionda. Escapando vivo a travessia, caía no outro mercado, do lado de cá, onde era examinado como cavalo magro. Avaliado pelos dentes, pela grossura dos tornozelos e dos punhos, era arrematado. Outro comboio, agora de correntes, o levava terra a dentro, ao senhor das minas ou dos açúcares, para viver o destino que lhe havia prescrito a civilização: trabalhar dezoito horas por dia, todos os dias do ano”. (p. 119)

O cativo brasileiro foi marcado pela permanente vigilância e violência empregada contra os negros. O castigo, a humilhação e o medo foram formas de manutenção e controle deste sistema. Inúmeras maneiras de torturas foram instauradas para ameaçar e punir os negros que se rebelassem contra a sua situação. O tronco talvez tenha sido o instrumento mais utilizado, nele o escravo rebelde era amarrado e, exposto em público, recebia chicotadas que serviam de exemplo para todos os outros escravos que o assistiam. Como demonstra Ribeiro (96):

“... sua rotina era sofrer o castigo diário das chicotadas soltas, para trabalhar atento e tenso. Semanalmente vinha um castigo preventivo, pedagógico, para não pensar em fuga, e, quando chamava a atenção, recaía sobre ele o castigo exemplar, na forma de mutilação de dedos, do furo dos seios, de queimaduras com tição, de ter todos os dentes quebrados criteriosamente, ou dos açoites do pelourinho, sob trezentas chicotadas de uma vez, para matar, ou cinqüenta chicotadas diárias, para sobreviver” (p. 120)

Diante desta situação, a escravidão brasileira não foi pacífica. Os negros africanos não aceitaram passivamente o cativo. A resistência à condição de escravo deu-se de inúmeras maneiras, o suicídio e as fugas foram as mais freqüentes. O *Banzo*, conhecido também como saudade da terra, era um suicídio no qual os negros ingeriam terra até morrerem asfixiados. Para evitar este tipo de atitude, era colocada uma máscara de ferro na boca do escravo que fosse suspeito de querer cometer o suicídio. A imagem do negro com a máscara de ferro ficou bastante conhecida na figura da escrava Anastácia.

As fugas também foram um importante movimento de resistência. Elas ocorreram durante todo o período escravagista. A partir delas começaram a surgir os primeiros quilombos, que eram redutos nas matas dos negros fugitivos. A formação dos quilombos foi um fenômeno que ocorreu em grande parte do território brasileiro, por onde existiu o cativo e constituiu-se num constante foco de tensão e ameaça à estabilidade do sistema escravagista. O mais notável dos quilombos foi o de Palmares, que perdurou por quase um século e resistiu a inúmeras investidas contra ele. Zumbi foi seu grande líder e tornou-se um símbolo da resistência negra à escravidão.

A capoeira foi criada neste contexto. A necessidade de autodefesa e de resistência à opressão foram elementos propulsores da criação de uma técnica de defesa e ataque, no qual os negros utilizavam do seu próprio corpo para se confrontar com seus opressores (feitores, capitães do mato). Geralmente estes

confrontos ocorriam nas fugas, nos lugares de mata rala das selvas, nas capoeiras. Daí a origem do nome. É importante perceber que a capoeira foi criada, não apenas como instrumento de resistência física, mas também como um movimento de resistência cultural, de uma necessidade do negro de reconstruir sua identidade, de se fazer humano. Como afirma Schwarcz (97) era necessário aos negros reinventarem sua própria existência para poder se adaptarem à sua nova realidade. Neste sentido, a capoeira constituiu-se numa manifestação de resistência em que o seu universo simbólico e motor era carregado de elementos da sua cultura ancestral africana, como a religiosidade, a musicalidade, movimentos, costumes, etc. Porém, esses elementos não se apresentavam da forma original, e sim readaptados à uma nova contingência social que se impunha. A capoeira foi criada sobre uma base cultural africana. Segundo Teixeira (97), as características da capoeira já existiam de forma isolada em outras manifestações africanas (danças, movimentos corporais, instrumentos musicais, etc.) ou, como demonstra Vieira (97) :

“... é preciso considerá-la como parte da dinâmica constante da cultura afro-brasileira... A capoeira surgiu no Brasil como luta de resistência de uma comunidade que trazia uma imensa bagagem cultural de sua terra de origem e que precisou desenvolver um conjunto de técnicas corporais em virtude da situação de opressão que viviam durante a escravidão” (P.09).

Os aspectos lúdicos e combativos que estão presentes no jogo da capoeira, e a fazem uma manifestação tão peculiar, são exemplos desta “reinvenção da existência”. A capoeira apresenta essas características devido à incorporação de elementos da cultura africana, rica em folguedos, jogos, rituais e também devido à necessidade de dissimular a verdadeira intenção que havia por trás daquela “brincadeira”, daquela “dança”. Uma vez que demonstrada a verdadeira intenção da capoeira essa seria veementemente coibida, como realmente foi.

Vários autores (Vieira, 1995; Reis, 1997; Pinto, 1995) atribuem ao período Quilombista, que teve início no final do século XVI, a gestação da capoeira. De fato, a organização militar, o culto das tradições e a multiplicidade étnica que existiam nessas comunidades são fatores que podem ter contribuído para a criação da capoeira. Vieira (97) afirma “...que dificilmente terá existido, em toda história do Brasil, um ambiente mais propício para o surgimento de uma modalidade de luta como a capoeira” (p.11).

Provavelmente a capoeira foi criada no século XVII. A dificuldade em precisar os fatos e datas relativos à origem da capoeira é decorrente de atitudes como a do então ministro das finanças da República Rui Barbosa. Ele ordenou a incineração de uma vasta documentação sobre a escravidão pautado no argumento de apagar a história “negra” deste período brasileiro. As fontes mais confiáveis sobre a capoeira são datados do século XVIII. O quadro de John Moritz Rugendas intitulado “Jogar Capoeira” ou “Dance de la Guerre” de 1835 é um dos primeiros registros sobre a capoeira.

A capoeira teve origem no meio rural. Sua passagem para os centros urbanos ocorreu no século XIX. O principais centros onde a capoeira desenvolveu-se foram as cidades do Recife, Salvador e Rio de Janeiro, sendo as duas últimas as mais importantes. Nestas cidades, várias manifestações afro-brasileiras, como o candomblé, o samba e a capoeira, foram veementemente perseguidas pelas autoridades sob o argumento de conter a “barbárie negra”, de conter a doença moral que proliferava nas cidades civilizadas. Discurso carregado de princípios médicos higienistas que pressupõe a inferioridade da raça negra. No caso da capoeira havia um agravante: a ela era atribuída pela polícia várias ocorrências de violência, badernas e desordens. Estes fatos fizeram que aumentasse a repressão sobre a capoeira, considerada “o flagelo da polícia e o terror das classes brancas superiores” (Holloway, 1997, p.52) na cidade do Rio de Janeiro, no século XIX. Como afirma Reis (97), nas representações sociais produzidas naquele século sobre a capoeira o medo é um elemento que logo se destaca. Sobre este fato, Holloway (97) comenta:

“A segunda categoria mais freqüente é a prisão por capoeira ... grupos organizados (maltas ou badernas na linguagem da época), com líderes designados, hierarquia interna e territórios demarcados, competiam entre si, travando batalha pela posse desses territórios e cometendo atos de violência. Eram considerados o flagelo da polícia e o terror das classes brancas superiores. Desde a criação da intendência, em 1808, até a década de 1890, boa parte da força policial destinou a reprimir a capoeira” (p. 52/53).

Algumas prisões ocorridas na cidade do Rio de Janeiro no ano de 1820 demonstram essas perseguições e os motivos pelos quais elas ocorriam:

“15 de março...

João Benguela, escravo de Joaquim de Souza, preso por capoeira, com uma navalha de ponta na mão, 300 açoites e três meses na Tijuca.

10 de novembro...

Francisco Cabinda, escravo de João Gomes Barros, preso por estar tocando batuque com grande ajuntamento de negros, e se lhe apreendeu o tambor. 300 açoite. (Holloway, 97. P.54).

Até a primeira metade do século XIX, a capoeira era uma manifestação exclusiva dos negros escravos. Com sua passagem dos meios rurais para os centros urbanos, outros setores da sociedade começaram a participar desta manifestação, principalmente as camadas subalternas da população, como ex-escravos, estrangeiros e, até mesmo, membros da elite. Embora a prática da capoeira estivesse associada ao ócio, à “malandragem”, Reis(97) afirma que grande parte dos praticantes tinham algum tipo de atividade produtiva, sendo a maioria ligada à prestação de serviços. A adesão de outros seguimentos sociais à prática da capoeira fez com que esta ganhasse maior penetração na sociedade, apesar da constante repressão e perseguição. Esta adesão trouxe inúmeras transformações no universo simbólico e motor da capoeira. Um exemplo neste sentido é o uso da navalha no jogo da capoeira, fruto da influência de estrangeiros portugueses, os “fadistas lusitanos”.

Outro fenômeno de grande importância nesta época, principalmente na cidade do Rio de Janeiro, foi a formação das “maltas” de capoeira. Essas maltas eram grupos organizados que, utilizando-se da capoeira, promoviam a violência e a desordem servindo aos mais diversos propósitos. Desde a disputa de territórios com maltas inimigas até serviços com fins políticos. Holloway (97) afirma sobre a importância das maltas de capoeira:

"As atividades de maltas e sua técnica específica de luta fizeram da capoeira o esforço mais persistente, e talvez, o mais bem sucedido, dos afro-brasileiros urbanos para estabelecer um estado social, uma área de atividade que pudessem controlar, usada em seu proveito segundo as suas próprias condições, excluindo os de fora" (p.207).

Várias maltas ficaram famosas na cidade do Rio de Janeiro pela sua constante atuação na vida pública, dentre elas podemos destacar “Cadeira da Senhora”, em Sant’ana; “Três Cachos” e “Flor da uva” em Santa Rita; “Franciscanos”, em São Francisco de Paula; “Flor da Gente” na Glória, “Espada”, na Lapa; “Ossos”, em Bom Jesus do Calvário; “Goiamuns”, na Freguesia da Cidade Nova; “Nagoas”, etc. Também há registro de maltas nas cidades de São Paulo, Recife e Salvador. Essas maltas tiveram uma atividade muito intensa na vida política. Em época de eleições tumultuavam comícios de facções rivais, protegiam figurões da política, fraudavam eleições, enfim, perturbavam a ordem.

Na transição do Império para a República surgiam entre as maltas de capoeira a “Guarda Negra”, uma organização com a finalidade de conter o avanço dos ideais republicanos. Ficaram famosos pelas constantes batalhas travadas entre si as maltas dos “Goiamuns”, ligados ao partido liberal, e a dos “Nagoas”, ligados ao partido conservador.

A participação de capoeiristas, principalmente os estrangeiros, recrutados para serviços militares, e atuando como soldados nas Guerras do Paraguai e Cisplatina, geraram uma representação positiva em relação à capoeira por parte da população, sendo estes considerados “heróis nacionais”. Sabe-se, porém, que isto foi uma estratégia das autoridades para se livrar das figuras indesejáveis dos capoeiras.

Além da violência, das desordens e perturbação da paz, a capoeira também foi perseguida por ser considerada uma “mazela social”, ou, como afirma Reis (97):

"...com os pressupostos evolucionistas da época, os quais, pautando-se numa abordagem biológica do social, afirmam a inferioridade do negro. É o terror do 'contágio moral' da 'barbárie negra' que orienta a ação das autoridades"(p. 43).

Com a instalação do governo republicano provisório, os capoeiristas foram severamente perseguidos, sendo um dos principais alvos de repressão policial no início da república, recebendo, na revisão do Código de 1890, por meio do Decreto n.º 847, sob o título “Dos Vadios e Capoeiras”, a seguinte sanção:

"art. 402. Fazer nas ruas ou praças públicas exercícios de destreza corporal conhecido pela denominação de capoeiragem. Pena de 2 a 6 meses de reclusão.

Parágrafo Único. É considerado circunstância agravante pertencer o capoeira à alguma banda ou malta. Aos chefes ou cabeças impor-se-á a pena em dobro."

A criminalização da capoeira teve um grande aporte nas teorias de Darwin sobre o social, que indicava para a inferioridade biológica da raça negra.

Apesar da proibição a capoeira não desapareceu, embora tivesse sido bastante erradicada a presença das maltas e a violência promovida por elas, sua prática continuava na clandestinidade. Era comum, nesta época, a deportação de capoeiristas para ilhas presídios, como a de Fernando de Noronha. A prisão e deportação do capoeirista Juca Reis, filho do Conde de Matosinho, gerou uma grave crise ministerial no início da República.

Uma das estratégias da polícia para identificar um indivíduo capoeirista consistia em simular movimentos de ataque contra os suspeitos, caso eles saltassem reproduzindo um movimento de capoeira ou caíssem em guarda, estavam condenados. Sampaio Ferraz, chefe de polícia no início da república na cidade do Rio de Janeiro, foi um dos mais implacáveis perseguidores da capoeira. O toque de berimbau, denominado "Cavalaria", era executado para alertar os capoeiristas da vinda da polícia, assim, a roda de capoeira se desfazia rapidamente e os capoeiristas dispersavam-se. Nesta época, os capoeiristas eram conhecidos por apelidos, estratégia utilizada para dificultar a identificação dos mesmos.

Paralelamente à proibição e à perseguição a capoeira foi ganhando espaços na sociedade, principalmente nos meios intelectuais e militares que "... preocupados com a própria viabilidade da nação brasileira e informados pelos princípios da medicina higienista, que propugnava a ginástica como meio profilático para a regeneração da raça" (Reis, 97), viram na capoeira uma luta "autenticamente nacional", uma "excelente ginástica". Neste momento histórico, a capoeira passou a ser vista também pelos seus aspectos positivos, ou seja, esta era fruto da mestiçagem ocorrida no Brasil e, portanto, algo genuinamente brasileiro. Este discurso à favor da mestiçagem foi ganhando força na medida em que as autoridades notaram a inviabilidade de negar o grande contingente negro que o Brasil possuía. Isto fez, como afirma Reis (97), surgir uma nova representação social para a capoeira.

Vieira (97) revela que no período da ilegalidade os capoeiristas viviam no limiar da ordem e da desordem, isto porque, ao mesmo tempo em que praticavam um ato ilegal, ou seja, praticar capoeira, estavam em contato com a polícia, com o poder. A esta situação Vieira chama "ética da malandragem".

Algumas cantigas de capoeira relatam o relacionamento da capoeira com o poder, com as instituições sociais. A seguir, alguns exemplos:

*"Para rodar capoeira, para vai ter que parar
para roda de capoeira que a cavalaria acabou de
chegar..."*

*"É tava na minha casa, sem pensá nem imaginá
Governo mandô chamá, para ajudá a vencê
a Guerra do Paraguá, ah, ah..."*

*"A marinha é de guerra, o exército é de campanha
o bombeiro apaga o fogo, a policia é que apanha..."*
(músicas de domínio Público)

O aprendizado da capoeira se dava de maneira informal, nas praças, nas feiras, nas rodas de fim de semana, e o ritual era sempre comandado por um mestre, pessoa que detinha um maior conhecimento sobre essa atividade. Segundo Mestre Canjiquinha (*apud* Vieira, 97) "A gente jogava capoeira nos dias de domingo, não tinha academia e quando aparecia a polícia a gente tinha que sair correndo" (p.103).

A legalização da capoeira só ocorreu na década de 30, do século XX. Apesar das primeiras tentativas de legalizar esta prática tenham vindo do Rio de Janeiro, este fato somente ocorreu na Bahia. A mudança do eixo do maior centro de expressão nacional da capoeira, do Rio para a Bahia, ocorreu devido à imagem pejorativa à qual a capoeira carioca estava vinculada, imagem esta associada ao ócio, à malandragem, e à violência promovida pelas maltas. Ao Estado era necessário legitimar uma prática que compactuasse com os novos ideários políticos da época, ou seja, com os princípios higienistas e nacionalistas, nos quais o trabalho surgiu como elemento dignificador do homem.

A descriminalização da capoeira ocorreu através da sua esportização. Era necessário "desafricanizá-la", colocá-la dentro dos valores aceitos pela classe branca para ampliar sua aceitação.

Neste contexto surge um importante personagem na história da capoeira baiana: Manoel do Reis Machado, o mestre "Bimba". Esse se encontrava insatisfeito com a forma com que a capoeira estava sendo conduzida, dando ênfase aos aspectos lúdicos, visando ao lucro em apresentações turísticas e se distanciando do caráter de luta que a gerou. Isso levou esse mestre a realizar profundas transformações na capoeira.

O fato de mestre Bimba ser um exímio lutador, que contava com um grande carisma popular, credenciou-o a impulsionar tais mudanças. Ele promoveu transformações nos aspectos físicos e simbólicos da capoeira, incorporando técnicas de outras lutas, criando rituais como, por exemplo, o da formatura, incorporando à capoeira uma linguagem acadêmica, que a aproximou, assim, da cultura das classes sociais mais elevadas. Outro fato importante promovido por mestre Bimba foi a sistematização do ensino da capoeira, tirando-a da rua e levando-a para as academias. Bimba foi o criador da "capoeira regional baiana" ou, simplesmente, "capoeira regional".

Devido às características mencionadas, o Estado viu em mestre Bimba um autêntico agenciador da capoeira, dando-lhe um grande apoio para sua divulgação. Em 1937, através de um documento expedido pela

Secretaria de Educação, Saúde e Assistência Pública do Estado da Bahia, Mestre Bimba conseguiu uma autorização para ensinar capoeira no seu “Centro de Cultura Física e Capoeira Regional da Bahia, caindo por terra o decreto que proibia a prática da capoeira.

As mudanças introduzidas por mestre Bimba não foram aceitas por toda a comunidade capoeirística, que, a partir daí, dividiu-se em duas vertentes: capoeira de Angola e capoeira Regional. Sobre este fato, Falcão (95) comenta:

"Mestre Bimba pode ser considerado um divisor de águas na história da capoeira. Para muitos mestres angoleiros, Bimba foi o grande deturpador da capoeira. No entanto, para os seus seguidores, "um do herdeiros diretos de Zumbi" (p.20).

Os angoleiros, guardiões das tradições, alegam que mestre Bimba descaracterizou a capoeira, “embranquecendo-a”. A capoeira de Angola vale-se mais da astúcia do que da força muscular, sobre isso mestre Moraes, um famoso angoleiro, aponta: “Nossos movimentos não têm pressa de chegar, mas quando chegam é de forma harmoniosa. É um diálogo de corpos, eu venço quando o meu parceiro não tem mais respostas para as minhas perguntas” (Vieira, 1997). Na capoeira de Angola o mais ilustre representante foi Vicente Ferreira Pastinha (1889/1981). que no seu livro Capoeira Angola de 1964, afirma "...a capoeira angola se assemelha a uma dança graciosa em que a ginga maliciosa mostra a extraordinária flexibilidade dos capoeiristas. Mas, capoeira angola é, antes de tudo, luta e luta violenta".

Já os defensores da capoeira regional alegam que a capoeira de Angola foi superada em sua eficiência combativa, sendo preciso recuperar a sua característica de luta. Nesse sentido, a capoeira regional adotou movimentos mais eficientes, e sobre isso mestre Bimba, seu criador, afirma: “[...] criei completa, a Regional, que é o batuque misturado com a Angola, com mais golpes, uma verdadeira luta, boa para o físico e para a mente” (Almeida, 1994, p.17). Em apresentação para Getulio Vargas no ano de 1953, Mestre Bimba ouviu deste presidente a seguinte afirmação: "A capoeira é o único esporte verdadeiramente nacional" (Almeida, 1994, 28).

Na verdade a capoeira é uma só. Devemos compreender essas diferenças entre Angola e Regional como consequência de um período histórico em que o contexto e as influências sociais foram determinantes para que elas ocorressem, uma vertente não anula a outra nem tampouco a ela se sobrepõe, ambas se complementam, formando o universo simbólico e motor da capoeira. As “descaracterizações” da capoeira original, não podem ser analisadas somente à luz de configurações técnicas e estéticas, mas, principalmente, a partir de seus condicionantes sócio-políticos (Falcão, 97). Como demonstra Vieira(95):

"...observa-se que as categorias Capoeira Angola e Capoeira Regional estão fortemente impregnadas de um conteúdo histórico. Muito dificilmente poderiam ser utilizadas para definir estilos atuais de capoeira, no sentido de um conjunto de princípios técnicos, estéticos e rituais que orientam o jogo." (p.92)

As transformações implementadas no âmbito da capoeira baiana, fizeram deste estado, à partir da primeira metade do século XX, o maior centro de referência da capoeira brasileira. Grandes mestres baianos ficaram consagrados na memória da capoeira nacional, dentre eles, além de Bimba e Pastinha, já citados, podemos destacar: Traíra, Cobrinha Verde, Onça Preta, Pivô, Nagé, Samuel Preto, Daniel Noronha, Geraldo Chapeleiro, Totonho de Maré, Juvenal, Canário Pardo, Aberrê, Livino, Antonio Diabo, Bilusca, Cabelo Bom, Canjiquinha, Gigante, João Grande, João Pequeno, Caiçara, Curió, Ferreirinha e Waldemar do Pero Vaz. Este último, na década de 40, conduzia a roda de capoeira que viria a ser o mais importante ponto de encontro dos capoeiristas de Salvador, na Liberdade (Vieira, 97).

À partir dos anos 60 houve um grande movimento de migração de capoeiristas baianos para vários estados brasileiros, principalmente para São Paulo e Rio de Janeiro. Decorrente deste fato, começaram a surgir os grupos de capoeira. Esses grupos são organizações que congregam seus participantes sob princípios filosóficos e técnicos, princípios estes que não são hegemônicos. Isto explica a grande quantidade de grupos existentes atualmente no Brasil, sendo esta distribuição em grupos, a forma no qual a capoeira brasileira se encontra organizada.

A ação institucional que efetivou a desportivização da capoeira, foi o seu reconhecimento pela Confederação Brasileira de Pugilismo, em 01 / 01 / 1973, como modalidade esportiva. Em 23 de outubro de 1992 é fundada a Confederação Brasileira de Capoeira que, a partir daí, incrementa a prática da capoeira pelo

viés desportivo. O tratamento desportivo dispensado à capoeira foram fomentados por algumas ações institucionais como, por exemplo, os campeonatos organizados pela Confederação Brasileira de Pugilismo, pela Confederação Brasileira de Capoeira, nos Jogos Escolares Brasileiros e no Programa Nacional de Capoeira.

Apesar da crescente desportização da capoeira, com o aval do Estado, sua inserção no contexto esportivo não é uma unanimidade entre as lideranças e os grupos. No contexto desportivo, a capoeira como instituição cultural, pode estar sendo decodificada, regrada e normalizada, negando, alguns de seus elementos essenciais, como a ludicidade e espontaneidade (Falcão, 97). Como demonstra Castelani Filho *apud* Falcão:

“ A capoeira não é - como nos desejam fazer crer - uma técnica de luta apenas, nem tão somente outra manifestação esportiva. Ela, enquanto técnica, enquanto forma de luta, vista de forma restrita a esses dois elementos, acaba por matar tudo o que a fez nascer, crescer e sobreviver ao longo de toda uma época(...) Ao separarmos a capoeira de sua história, nós a destruímos enquanto elemento de cultura brasileira e a transformamos em mais um elemento de alienação através da prática esportiva” (p.22).

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, Raimundo Cesar. **A Saga do Mestre Bimba**. Salvador: Ginga Associação de Capoeira, 1994.
- BRACHT, Valter. **A constituição das teorias pedagógicas da educação física**. Cadernos CEDES – UNICAMP. Campinas(SP), 1999.
- COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do Ensino da Educação Física**. São Paulo: Cortez, 1992.
- FALCÃO, José Luiz Cerqueira **.A escolarização da vadiagem; a capoeira na Fundação Educacional do Distrito Federal** .Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado em Educação Física UFRJ, 1994.
- _____. **A escolarização da capoeira**. Brasília:ASEFE - Royal Court, 1996.
- HOLLOWAY, Thomas H. **Polícia no Rio de Janeiro: Repressão e resistência numa cidade do século XIX**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas,1997.
- PINTO, Antonio Batista. **Ideopraxis de capoeira**. Brasília: FEDF,1995.
- REIS, Leticia Vidor de Sousa. **O mundo de pernas para o ar: a capoeira no Brasil**. São Paulo: Publisher Brasil, 1997.
- RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- COLETIVO DE AUTORES. **Metologia do Ensino de Educação Física**. São Paulo, Cortez, 1992.
- VIEIRA, Luiz Renato. **O jogo da capoeira: cultura popular no Brasil**. Rio de Janeiro, Sprint, 1995.

André da Silva Mello

Título do Artigo - História da capoeira: pressuposto para uma abordagem na perspectiva da Cultura Corporal.

Endereço: Rua D. Pedro II, nº 80 apt.402, Praia do Canto – Vitória / ES.

CEP:29055-600. Tel: (27)33151977

E-mail: andresilvamello@bol.com.br

Área temática: História/Educação Física Escolar